



PREGÃO Nº 07/2023

IMPUGNANTE: GLOBAL MED SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA

A empresa **GLOBAL MED SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA** protocolou impugnação ao edital de Pregão Eletrônico nº 07/2023 da Prefeitura Municipal de Navegantes, cujo objeto é “*PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTAS COM MÉDICOS CLÍNICOS GERAIS, PARA ATENDIMENTO NA POLICLÍNICA E UBS (UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE), ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC.*”.

A impugnação é tempestiva, razão pela qual passaremos à análise dos argumentos apresentados e posteriormente ao julgamento da presente impugnação.

BREVE RELATO

A impugnante se insurge contra a exigência de capital social mínimo para fins de qualificação econômico financeira, e alega que:

“Conforme demonstrado, exige-se que a licitante comprove possuir capital social mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação, todavia, exigência esta a qual pode ser considerada irregular no presente certame licitatório, pois não possibilita alternativamente a apresentação de patrimônio líquido, critério usualmente adotado em certames licitatórios.

A exigência supracitada acaba por restringir o certame licitatório, a partir do momento em que a qualificação financeira passa a ser comprovada somente através do capital social, sem alternativa a possibilidade de apresentação de capital líquido para suprir os devidos fins.”

E ao final requer:

“A retificação do item 8.4.2 do presente edital, para que se permita que comprovação econômico-financeira seja realizada, alternativamente, pela demonstração de patrimônio líquido que supra as exigências.”



A impugnação refere-se apenas ao item da qualificação econômico-financeira.

MÉRITO

O edital de Pregão Eletrônico 7/2023 traz as seguintes exigências em relação à qualificação econômico-financeira:

8.4 Qualificação Econômico-Financeira:

8.4.1 Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da Certidão o prazo de validade da mesma.

8.4.1.1 A Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial expedida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina, somente será válida se apresentada juntamente com a respectiva Certidão de Registros Cadastrados no sistema e-Proc. <https://certeproc1g.tjsc.jus.br>

Observação: As empresas em recuperação judicial, devem apresentar certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.

8.4.2 Comprovação de possuir capital social mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, admitida a sua atualização para a data da apresentação da proposta através de índices oficiais e demonstrado mediante apresentação de memória de cálculo. A comprovação será obrigatoriamente realizada através da apresentação do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e devidamente registrado, em consonância com o artigo 31 § 3º da Lei 8.666/93.

Conforme se verifica no trecho acima citado, o edital limitou-se a exigir uma das modalidades de comprovação da saúde financeira do licitante, nos termos do artigo 31 § 2º da Lei 8.666/93. Ao contrário do que alega o impugnante, a lei



8.666/93 faculta a exigência de capital social ou patrimônio líquido mínimo, sendo apenas vedada a exigência cumulada.

Sobre o tema o TCU já se manifestou no seguinte sentido:

Acórdão 2272/2011-Plenário

DATA DA SESSÃO: 24/08/2011

RELATOR:AUGUSTO SHERMAN

TEMA: Qualificação econômico-financeira

TIPO DO PROCESSO:RELATÓRIO DE AUDITORIA

ENUNCIADO: O edital de licitação não deve exigir capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo, cumulativamente com a prestação de garantia. Permite-se tão somente à Administração exigir, alternativamente, capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo ou as garantias.

EXCERTO

Relatório:

Adoto, como parte deste relatório, a instrução de fls. 44/74."[...]A apresentação simultaneamente de comprovantes de garantia da proposta e de capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo afronta o § 2º do art. 31 da Lei 8666/93. A jurisprudência desta Corte de Contas é no sentido de que as exigências previstas no art. 31, inciso III, com § 2º, da Lei 8.666/1993, devem ser alternativas (exemplo: Acórdão 1229/2008-TCU-Plenário) . Também não há previsão legal quanto à necessidade de o capital social ser integralizado ou registrado, fato que não devem ser incluídas essas restrições nos instrumentos convocatórios. Há de se alertar as prefeituras envolvidas.[...]"

Acórdão:

9.4 dar ciência à Prefeitura de Aparecida de Goiânia/GO para que:

9.4.1 nos futuros procedimentos licitatórios que envolvam recursos públicos federais:[...]

9.4.1.3 abstenha-se de exigir capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo, cumulativamente com a prestação da garantia prevista no art. 31, inciso III, da Lei 8.666/1993, uma vez que o § 2º do mencionado artigo permite tão somente à administração exigir, alternativamente, capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo ou as garantias previstas no § 1º do art. 56 do referido diploma legal; também de exigir a comprovação de capital social devidamente integralizado ou registrado, uma vez que esta exigência não consta da citada lei;



Acórdão 2397/2017-Plenário
DATA DA SESSÃO: 25/10/2017
RELATOR: AROLDO CEDRAZ
TEMA: Qualificação econômico-financeira
TIPO DO PROCESSO: REPRESENTAÇÃO
ENUNCIADO

Não viola o art. 31, § 2º, da Lei 8.666/1993 o edital da licitação exigir comprovação de patrimônio líquido mínimo pelo licitante, para fins de qualificação econômico-financeira, concomitantemente com previsão de prestação de garantia contratual (art. 56) pelo contratado. Afronta aquele dispositivo legal a exigência simultânea de patrimônio líquido mínimo e de garantia de participação na licitação (art. 31, inciso III) como requisitos de habilitação.

Desta forma, considerando que o edital de Pregão ora impugnado se limitou a exigir apenas a comprovação de capital social, não há que se falar em exigência que viole a previsão contida no art. 31 § 2º da Lei 8.666/93, sendo esta escolha uma decisão discricionária do ente licitante.

Entretanto, considerando única e exclusivamente o valor elevado da licitação, o que para fins de comprovação do capital social pode limitar o universo de possíveis licitantes, entendemos razoável determinar a alteração do edital para que se exija o balanço patrimonial para fins de qualificação econômico financeira.

Por todo o acima exposto, CONHEÇO do RECURSO apresentado pela empresa GLOBAL MED SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA para, NO MÉRITO, DAR-LHE PROVIMENTO, DETERMINANDO A ALTERAÇÃO DO EDITAL, nos termos da presente decisão.

Navegantes, 09 de maio de 2023.

Pregoeira: Carla Claudino

Equipe de Apoio
Alexandre Vagner Coelho
Eduardo Schmitt
Roseli Gonçalves
Vanilisa Fialho Pereira D'Avila